

1 INTRODUÇÃO - A GÊNESE DA PESQUISA

Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.

Fernando Pessoa

A necessidade de realizar esta pesquisa sobre o novo Currículo da SEE-SP para o Ensino Médio é reflexo do interesse, desde o Mestrado concluído em 2002 (quando foi feito um estudo documental e conceitual sobre a questão do Trabalho e Cidadania), em aprofundar a discussão que ficou pendente quanto à relação entre a assimilação dos princípios pedagógicos pelos docentes e as perspectivas de implementação da mudança prevista para o Ensino Médio, de modo a incorporar seu compromisso político com a formação dos jovens. Naquele momento, por ser o início da reforma deste segmento do ensino, ainda não se tinha condições de avaliar como o professor estava lidando com as novas ideias. O interesse em acompanhar o desenvolvimento da mudança que se anunciava, associado à experiência na docência e nos processos de gestão neste nível de ensino da rede pública do Estado de São Paulo, sempre convicta da necessidade de melhoria da escola pública, serviram como estímulo para dar continuidade ao projeto de investigação na área educacional.

Além disso, com a participação nos encontros e seminários do CEPPPE¹, tornou-se explícita a necessidade de pesquisas sobre a pertinência do uso dos resultados das avaliações externas na elaboração de políticas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino. Pesquisas que procurassem estabelecer uma relação entre as avaliações, supostamente realizadas para diagnosticar as atuais condições do ensino, e as propostas de intervenção via projetos elaborados pelo MEC ou pelas Secretarias de cada Estado. Em um dos seminários,

¹ CEPPPE- Centro de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas de Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

uma questão claramente formulada dizia respeito tanto à possibilidade de se repensar realmente uma política educacional a partir dos resultados, como ao modo pelo qual as escolas estão incorporando os resultados ao currículo do Ensino Médio.

Desde o início da trajetória profissional na rede pública, já se fazia sentir na prática cotidiana os efeitos da tradicional polêmica em torno dos objetivos previstos na legislação vigente na época² para o então 2º grau, articulados à questão do trabalho e da formação para a cidadania, que eram tratados pelos professores mais como prescrições da lei, embora os alunos sempre questionassem o sentido e a relação daquele ensino com o trabalho, que já fazia parte do cotidiano da maioria. Por outro lado, depois da promulgação da LDBEN 9394/96, o interesse por este estudo cresceu em meio à efervescência do debate educacional que se dava no meio acadêmico. A esse respeito, merece destaque o exame acurado do texto da lei empreendido pelos professores da FEUSP³, que resultou na elaboração de um texto introdutório, onde, entre tantas coisas, ressaltou-se a questão da indefinição do Ensino Médio brasileiro quanto aos fins. A mesma preocupação foi objeto de um outro debate, no evento intitulado “Ensino Médio: o que muda e o que permanece com a nova LDB”, promovido pelo Centro de Desenvolvimento Profissional Magistri Domus⁴.

A problemática da pesquisa no mestrado – compreender o sentido da preparação para o trabalho e a cidadania no contexto da nova legislação - foi se construindo através do contato com todos os envolvidos no cotidiano escolar, principalmente professores e alunos. Em reuniões mais informais, era consenso entre eles uma postura de indiferença em relação ao conteúdo da legislação, na medida em que esta se mostrava insuficiente para mudar a realidade, mesmo nos aspectos mais elementares. Percebeu-se que predominava a tendência à culpabilização da lei e da falta de recursos para sua devida implantação, ou seja, constatou-se a expectativa de uma legislação cujas prescrições, supostamente, deveriam dar conta de um ensino de qualidade, mediante a existência de recursos materiais adequados. É importante salientar que este ensino de qualidade era entendido, pela maior parte dos docentes, como aquele que preparava para enfrentar o vestibular, objetivo este que parecia ser mais difícil de ser alcançado na escola pública. Não se questionava, porém, sobre as concepções teoricamente assumidas que subsidiavam a atuação dos professores, a articulação dos

² Referência à vigência da lei 5692/71 e da 7044/82.

³ Trata-se da semana de debates junto ao corpo discente sobre as implicações sociais da nova LDB e à introdução crítica apresentada pelos professores da FEUSP, 1997. **A nova LDB e suas implicações sociais.**

⁴ Encontro realizado em outubro de 1997, em que se enfatizou a indefinição do Ensino Médio e a questão do professor como agente operacionalizador da mudança proposta, em função da autonomia pedagógica concedida pela reforma.

conteúdos com os objetivos, nem mesmo os próprios objetivos propostos para aquele nível de ensino. Enfim, a sustentação pedagógica para um efetivo compromisso político para com a educação dos jovens parecia não estar posta.

A contradição percebida nessa situação passava justamente pelo fato de que aquele ensino não era suficiente para preparar o jovem para o vestibular, mas também não tinha relação implícita e/ou explícita com o trabalho, pois parecia não oferecer os conhecimentos adequados para o ingresso no mercado, razão pela qual muitos trocavam o ensino regular pelo profissionalizante, que oferecia, então, mais chances de emprego.

No contexto dos debates da época, essa problemática foi exposta de tal forma que veio alimentar a inquietação a respeito do Ensino Médio, especialmente em função de uma nova proposta de reforma cujo objetivo foi o de superar os problemas causados pela estrutura tradicionalmente dual de um ensino sem “identidade”. Tal superação se faria através de uma concepção de articulação entre ciência e trabalho, ou seja, da proposta de um ensino preocupado com a formação geral mais sólida, expressa na preparação para o mundo do trabalho e a cidadania autêntica.

Assim, na época, iniciou-se a pesquisa pelo estudo do Ensino Médio no contexto da história do Brasil, acompanhada do exame da legislação, para tentar compreender o sentido e a pertinência de um novo projeto de reforma, que recolocava a antiga questão não resolvida da preparação para o trabalho e a formação para o exercício da cidadania.

A preocupação passou justamente pelo significado que o Ensino Médio tinha adquirido, ao longo da história, e sua função no contexto das transformações sócio-econômicas, que acabou por determinar sua *crise de identidade*, acentuada nas últimas décadas, cuja solução foi apresentada por uma nova proposta. O princípio geral contemplado na LDB 9394/96 para este nível de ensino foi a educação voltada para o mundo do trabalho, a prática social e o exercício da cidadania, fundamentada em uma concepção de sólida formação humanística.

Mediante este quadro, a questão que se colocava era o que fazer para enfrentar os problemas e qual seria o papel da escola, em geral, e do Ensino Médio, especificamente, diante dos grandes desafios do mundo de hoje. Se questionados, todos os educadores, pais, alunos, responderiam que a escola também deveria mudar. Todos se pronunciariam sobre a necessidade das escolas públicas de mudarem seu jeito de funcionar e melhorar o que lá se ensina, pois os jovens precisam estar preparados para fazer frente às novas exigências do mundo do trabalho e da vida em sociedade que, a cada dia, se torna mais complexa.

Bem antes que o governo federal formulasse sua proposta de reforma do Ensino Médio, os educadores, de um modo geral, já deixavam evidente a necessidade de mudanças

profundas neste nível de ensino, a partir de uma indagação básica: qual o perfil de Ensino Médio que interessa à maioria da população que vive do salário e do trabalho? Este debate produziu uma série de concepções e propostas de mudanças, na perspectiva acima apontada, embora muitas fossem conflitantes com a reforma que os governos federal e estadual iniciaram, afirmando que esta poderia representar mais um retrocesso, ou apenas mais uma entre as reformas frustradas propostas para este nível de ensino.

A partir de 1997, quando o Ministério da Educação anunciou as Diretrizes Curriculares para O Ensino Médio, a APEOESP iniciou ampla discussão, tendo organizado diversos cursos, seminários e textos críticos sobre o Ensino Médio. Em abril de 1998, realizou o I Encontro sobre Organização Curricular. Neste mesmo período organizou a primeira **Revista de Educação** da entidade sobre o tema e, durante o ano de 1999, promoveu várias atividades voltadas a esta discussão. No mês de abril, orientou as subsedes para que planejassem com os professores um dia de discussão sobre a reforma; em maio, mais de 400 docentes participaram do II Encontro que contou com a presença de vários educadores, como as professoras Juçara Dutra, ex-vice presidente da CNTE; Acácia Kuenzer, da Universidade Federal do Paraná; Carlos Maldonado, representante da UNESCO; João Barroso, da Universidade de Lisboa e o então presidente da CEE, Artur Fonseca Filho.

Diante de indagações feitas pelos profissionais que atuavam no Ensino Médio, como *Será que esta é a reforma que interessa à maioria da população?* e, ante as condições precárias de nossas escolas atuais, *Será que esta reforma será feita com seriedade? Será que ela irá melhorar a formação geral e profissional de nossos jovens?* Assim, cresceu a preocupação e a necessidade de entender *Como os pressupostos de preparação básica para o trabalho e a cidadania estavam sendo concebidos nos textos da reforma*, pois, a partir desta questão, talvez os princípios pudessem ser esclarecidos.

No contexto dessas preocupações, a investigação de mestrado sugeriu que a reforma do Ensino Médio, no sentido de uma educação que atendesse à maioria da população brasileira, ou seja, os filhos da classe trabalhadora, deveria propiciar uma sólida formação geral, articulando Ciência, Trabalho e Cultura, dimensões inseparáveis da construção do conhecimento e da cidadania; deveria estar articulada a uma concepção clara de formação voltada para todos, como direito inalienável e subjetivo a uma escola pública com qualidade social.

Focalizando a questão do trabalho e a cidadania, através de documentos oficiais, a dissertação de mestrado⁵ discutiu como a reforma se colocava diante dessa temática e ficou evidente que as atuais políticas públicas de educação caminhavam no sentido de reproduzir a lógica estabelecida pela relação contraditória do processo de trabalho na forma capitalista, reforçando a característica estrutural e histórica do Ensino Médio: um ensino com uma escola de qualidade para a elite e outro diferente para a maioria da população.

Embora a LDB 9394/96 represente um avanço quando dispõe sobre a vinculação da escola com o mundo do trabalho e as práticas sociais, ampliando o conceito de educação e de cidadania, as estratégias de implementação dos dispositivos da reforma, até aquele momento, tinham sofrido a interferência de políticas voltadas não para a universalização da escola unitária e de um Ensino Médio Tecnológico como direito de todo jovem, mas para cumprir os objetivos de rápida inserção no mercado de trabalho, atendendo aos preceitos do processo de produção sob a nova versão do capitalismo globalizado.

É importante salientar que as questões inspiradas pela relação entre educação, trabalho e cidadania parecem não se esgotar, ao contrário, cada vez mais surgem pesquisas que buscam respostas através das quais possam, de alguma forma, contribuir para o tema.

Mas tendo passado o primeiro momento do processo de implementação da reforma e continuando a trajetória de inserção profissional na rede pública do Estado de São Paulo, a constante inquietação foi alimentada pela continuidade do processo de reforma na rede que, seguindo um cronograma de implementação desde 2000, vinculava a qualidade da educação aos processos de gestão no âmbito da unidade escolar. Em função disso, a SEE-SP lançou um programa de melhoria da qualidade do Ensino Médio que incluía, entre várias ações, um processo de capacitação dos profissionais do quadro pedagógico, direcionado para diretores e vice-diretores.

Na época, iniciou-se uma grande mobilização das Diretorias de Ensino de São Paulo para promover a capacitação dos profissionais da educação, através do projeto **Circuito Gestão**⁶, que promoveu o intercâmbio de educadores de todo o estado de São Paulo, através dos cursos oferecidos pela SEE em seus pólos: Botucatu, Bebedouro, Ilha Solteira, Oswaldo Cruz, Porto Ferreira, Monte Aprazível, São Vicente e Santa Cruz do Rio Pardo. O projeto, que teve início em outubro de 2000, foi organizado em módulos destinados à formação

⁵ ALMEIDA, Gisleni Bertoni. O ensino médio no contexto da LDB N° 9.394/96: preparação para o trabalho e cidadania. Dissertação de mestrado apresentada à FEUSP. São Paulo: 2002.

⁶ Encontro de lideranças educacionais sintonizadas pelo compromisso de assegurar a qualidade da escola e o sucesso do aluno. Para conhecer melhor o Projeto, sugerimos consultar o site da SEE-SP: circuito-gestao@educacao.sp.gov.br

continuada de gestores da educação, mais especificamente, diretores, vice-diretores e professores-coordenadores. O módulo I, **Gestão de Pessoas**, teve como objetivo o desenvolvimento de lideranças e organização de equipes, do qual participamos no pólo de Porto Ferreira. O módulo II, que tratou da **Gestão Pedagógica**, teve como objetivo trabalhar as questões em torno da LDB 9394/96 e a reorganização da educação nacional, com suas implicações pedagógicas.

Este projeto de capacitação pretendeu ser o ponto de partida para que a expansão do Ensino Médio ocorresse com sucesso, isto é, para que não se reproduzisse o fracasso da reforma de 1971 que, sem uma política de preparação dos profissionais da educação da época e uma política de captação e repasse de recursos, descaracterizou ainda mais o ensino de nível médio. Na prática ele perdeu em qualidade, não oferecendo habilitação profissional adequada, nem preparando o jovem para o ensino superior. Outros projetos foram criados entre 2001 e 2003 com o mesmo propósito de melhorar a qualidade da aprendizagem dos alunos paralelamente ao processo de expansão das matrículas. Apesar disso, os resultados das avaliações do SARESP continuaram apontando para a permanência dos problemas, principalmente com relação à leitura e à escrita.

Continuando sua reforma pelo viés da capacitação do seu quadro do magistério e pela prioridade em atender os problemas de ensino detectados pelas avaliações, a SEE de São Paulo resolveu enfrentar os enormes desafios, desenvolvendo sua política educacional através dos seguintes programas de formação continuada: **Letra e Vida**, **Teia do Saber**, destinados aos professores do Ensino Fundamental, e **Ensino Médio em Rede**, voltado para docentes deste segmento. Lançado em 2004, o programa pretendeu divulgar e trabalhar as Diretrizes Curriculares Nacionais com os professores, através da promoção de discussões sobre as especificidades curriculares do Ensino Médio, com o intuito de desenvolver as competências em leitura e escrita dos professores que atuavam neste nível de ensino. Entendeu-se que esta seria uma forma de subsidiá-los para que pudessem desenvolver as competências em seus alunos. Os resultados observados depois da implantação do Programa mereciam estudos mais específicos, pois os problemas com a leitura e a escrita ainda continuaram evidentes.

Entre os anos de 2004 e 2007, a SEE desenvolveu um programa de formação continuada, **Ensino Médio em Rede**, que parecia ter alcançado a adesão da maioria dos professores participantes. Paralelamente, assistia-se à situação alarmante evidenciada pelos resultados relativos ao desempenho linguístico de nossos adolescentes. Os dados obtidos

através dos sistemas de avaliações externas⁷ revelavam que o problema dos alunos concentravam-se nas competências de leitura e escrita, bastante limitadas em relação ao que era esperado para esta etapa de escolarização. A perspectiva da SEE-SP de que os desafios ainda não estavam superados resultou na sua mais recente iniciativa de implementar um novo Currículo, tendo em vista também dar continuidade a esta década de reformas instituídas para a melhoria da aprendizagem.

A preocupação com o fracasso da escola pública fez nascer o projeto desta pesquisa com a pretensão de conhecer a nova proposta, seus princípios norteadores e entender como o Currículo oficial do Estado de São Paulo está sendo incorporado pelos docentes. Assim, o presente estudo partiu da hipótese de que a assimilação do Currículo é um processo complexo, tendo em vista os diferentes modos de se articular concepções docentes e princípios organizadores da proposta pedagógica.

Pode-se afirmar que o conjunto das atividades desenvolvidas durante o doutorado desde 2008 contribuiu muito para o desenvolvimento da profissional e da pesquisadora, o que foi decisivo para a definição do objeto deste estudo: a análise da proposta pedagógica do Currículo oficial da SEE e as representações docentes, tanto no que diz respeito às suas concepções básicas sobre leitura e escrita, como a compreensão de aprendizagem por competências. Fruto de um percurso profissional com tantas inquietações que permitiram nova inserção no meio acadêmico, este trabalho de pesquisa sobre o atual Currículo da SEE-SP focaliza o Ensino Médio, a leitura e a escrita, e a aprendizagem por competências, tentando discutir a complexidade da relação entre estes princípios e as representações dos professores. O interesse em captar as representações com relação à leitura e à escrita, buscando compreender suas perspectivas de viabilização do trabalho pedagógico, impôs-se de tal forma, que a única alternativa possível é colocar uma lente de aumento sobre este fenômeno tão complexo e difuso.

A pesquisa inicia-se pela apresentação de um panorama da educação no Brasil, o discurso oficial em torno da reforma do Ensino Médio e a discussão em torno das práticas de leitura e escrita, em geral, e também no Estado de São Paulo, onde se concentra o maior número de matrículas da federação no Ensino Médio e onde os índices de desempenho em leitura e escrita são bastante preocupantes. Ainda, no primeiro capítulo, esta questão é aprofundada com um estudo das diferentes concepções de leitura e escrita, construídas historicamente e que se refletem nas práticas pedagógicas. Da mesma forma, para se

⁷ Referimo-nos ao ENEM, SAEB, SARESP e PISA.

compreender a complexidade das práticas com a leitura e a escrita no Ensino Médio face à aprendizagem por competências, torna-se pertinente um estudo da noção de competência incorporada ao âmbito educacional e sua relação com a inovação curricular.

Como necessidade deste estudo, também importa considerar o Ensino Médio em seu percurso histórico, bem como sua legislação pertinente, focalizando a reforma atual e suas implicações sob o ponto de vista das mudanças em torno dos princípios de formação e sua contextualização no mundo do trabalho. Este resgate histórico pretende contribuir para a compreensão do sentido desta reforma e de como ela se configura nas políticas educacionais empreendidas pela SEE-SP nos últimos anos e, especificamente, na última, que deu origem ao novo Currículo da rede oficial de ensino. Finalmente, encerra-se a discussão do primeiro capítulo com a consideração do papel do professor no contexto das mudanças econômicas e sociais que vêm ocorrendo há alguns anos, determinando as reformas dos sistemas escolares e, como consequência, uma redefinição da função docente.

Com o intuito de fazer um estudo das representações dos professores, coloca-se a necessidade de se dedicar um capítulo para a apresentação dos pressupostos teóricos que o fundamentam. Por ser a representação social uma das perspectivas pela qual se procura explicar como se dá a elaboração e transmissão de conceitos e de que modo os indivíduos percebem e constroem a realidade, o segundo capítulo é dedicado à Teoria das Representações de Henri Lefebvre. Tal opção pelo referencial lefebvreano deve-se à sua riqueza interpretativa, pela qual adquiriu especial relevância nas pesquisas realizadas na área da educação nos últimos anos.

O terceiro capítulo, dedicado aos aspectos metodológicos, apresenta todo o caminho percorrido na constituição do *corpus* desta pesquisa de cunho qualitativo, destacando a opção pela análise na perspectiva do conteúdo proposta por Bardin.

No quarto capítulo, inicia-se a análise dos dados propriamente dita, enfocando o primeiro eixo: “as concepções de leitura e escrita” de professores do Ensino Médio que fundamentam suas representações.

O quinto capítulo é dedicado à análise do segundo eixo: as concepções sobre “aprendizagem por competências”, que sustentam as representações pelas quais é possível entender como os professores assimilam este princípio fundamental do Currículo da SEE.

O objetivo do sexto capítulo é apresentar uma síntese do mapa conceitual de ambos os eixos investigados em cada sujeito e, desta forma, promover um confronto entre suas representações.

Finalmente, com a apresentação das considerações finais, espera-se poder oferecer uma oportunidade de reflexão e leitura crítica sobre a questão central posta neste trabalho.

2 A BUSCA PELA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: AS PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Escrever é fácil: você começa com uma letra maiúscula e termina com um ponto final. No meio você coloca as ideias.

Pablo Neruda

Ao longo da história do Brasil, até a Primeira República, predominou um modelo educacional eminentemente aristocrático, acadêmico, em que a preocupação com a educação das massas não se colocava. Tal modelo foi estruturado a partir da sociedade capitalista marcada pela ideologia da classe dominante, a burguesia, para quem a oferta de educação de qualidade garantia a perpetuação de seu *status quo*. Assim, de acordo com a organização social vigente na época, a educação correspondia às exigências da economia, cuja demanda por recursos humanos com mais escolarização era restrita a esta classe hegemônica.

Com efeito, a partir da década de 1930, com o novo modelo econômico que se esboçou com a necessidade de urbanização e industrialização, houve uma real demanda social por educação e recursos humanos. Porém, o sistema educativo, em crise, obedeceu ao desequilíbrio e contradições naturais que estão na base do capitalismo, cuja eficácia dependia de uma educação ineficiente e que, já na sua fase monopolista, vinha acentuando essa ideia de educação como direito social, ilusoriamente atendido, com a possibilidade de ludibriar a participação dos bens culturais no acesso ao “saber” (ROMANELLI, 1989).

A legitimação desta ideia se fez sentir fortemente com o Estado autoritário do pós-64, cuja proposta de “educação para todos” tinha um caráter pretensamente universal. Ao se assegurar esse “direito social” a todos, guardava-se um equívoco, pois, para a perpetuação da divisão social do trabalho, tornou-se necessária “muita” educação para “poucos” e “bem pouca” educação para “muitos”.

Com a explosão demográfica e democrática das matrículas, o ensino público elitista e seletivo da primeira metade do século XX ficou qualitativamente comprometido, razão pela qual a classe alta e as classes médias, que valorizavam o ensino, escolheram um outro meio de continuar sua escolarização com qualidade: o ensino privado.

Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

